

Congresso pode ter convocação dupla

ROBERTO HILLAS

Um grupo de deputados e senadores, sob a liderança do deputado Fernando Gasparian, do PMDB paulista, está tentando uma convocação paralela do Congresso Nacional, para o mesmo período da convocação extraordinária do presidente Fernando Collor. A intenção é viabilizar a abertura da pauta para além das cinco medidas provisórias encaminhadas pela Presidência da República. Se a convocação paralela for possível, o Congresso examinará vetos do Presidente e outros assuntos do interesse dos políticos.

Ontem pela manhã o deputado Fernando Gasparian conseguiu falar com o presidente da Câmara, deputado Paes de Andrade, do PMDB cearense, que está em Roma, na Itália, acertando detalhes da tentativa de convocação paralela. Gasparian, que estava em Araguari, Minas Gerais, também telefonou para o presidente do Senado, Nelson Carneiro, do PMDB fluminense. Este, depois de igualmente ligar para Paes de Andrade na capital italiana, não está muito convencido da possibilidade legal da convocação.

Segundo Nelson Carneiro, não há nenhum precedente a justificar tal tentativa. Entretanto, ele não deixou fechada a hipótese, que estará sendo estudada, no final de semana, por juristas do Senado e da Câmara. A convocação, se acontecer, será feita na próxima terça-feira. Na opinião de Gasparian, diversos parlamentares desejam isso, e as lideranças acabarão por acatar a opinião da maioria. Ele quer que o Congresso possa votar, até o dia 31 próximo, as políticas salarial, social e a lei agrícola que, segundo está informado, será vetada pelo presidente Collor na próxima semana.

Gasparian acredita que, sem a convocação paralela, o Congresso será esvaziado, a partir da próxima terça-feira, uma vez que as medidas provisórias "não têm interesse nem para o povo nem para seus representantes". Há risco de que não haja quorum para as votações das cinco medidas. Entretanto, para a constituição da comissão de exame, não haverá problema, uma vez que serão necessários somente sete deputados federais e sete senadores. O se-

nador Nelson Carneiro também é de opinião que a comissão será escolhida "sem problemas".

A presença de parlamentares em Brasília na segunda-feira à noite e na terça está confirmada, porque parlamentares dos partidos da esquerda tentarão influenciar os nomes dos componentes, de maneira a viabilizar o juízo de inadmissibilidade da medida que trata dos salários. O PT é o partido que tenta mostrar ao Congresso que o texto da medida é inconstitucional, por já ter sido anteriormente rejeitado. Para os líderes do PT, só o fato de examinar a medida, já significa uma "desmoralização para o Congresso".

Entretanto, o senador Nelson Carneiro não considera a reedição de uma medida anteriormente vetada como uma afronta ao Legislativo. Ele acredita que ninguém sairá desmoralizado do exame, porque a medida poderá não ser aprovada, sendo este o caminho dos parlamentares contrários ao que quer o Governo Federal. Para a segunda-feira, Carneiro acredita que estejam em plenário os dez por cento de senadores e deputados exigidos no quorum mínimo para início da primeira sessão do período da convocação extraordinária.

Ele reconhece que pode haver dificuldade quando da votação, para a qual serão necessários 248 deputados e 38 senadores. O senador Jarbas Passarinho, no exercício do cargo de ministro da Justiça, passou o dia de ontem ligando para correligionários, falando de idêntica preocupação. Foi assim, por exemplo, que conversou com o senador José Inácio, ontem, às 17h30. Mas Passarinho não se mostrou preocupado com os nomes dos componentes da comissão de exame de cada medida provisória, o que acontecerá por indicação das lideranças.

O senador Nelson Carneiro informou ao CORREIO BRAZILIENSE que pretende manter as sessões extraordinárias durante o período de 7 a 31 de janeiro, nas terças, quartas e quintas-feiras, a partir das 14h30, podendo, se necessário, estender-se pelo período da noite. Nas sextas, entretanto, as sessões serão matinais, com início previsto para as 9h. O presidente do Senado não acredita que a partir do dia 4 de fevereiro as mesmas medidas sejam remetidas pelo presidente Collor para o Congresso, junto com nova convocação extraordinária.

Gasparian, entretanto, acha possível que isso aconteça, uma vez que há uma predisposição de grande parte dos parlamentares de, em não podendo fazer a convocação paralela, deixar as medidas sem aprovação e rejeição até 31 de janeiro. Se isso acontecer, os gastos da convocação, cerca de Cr\$ 1,8 bilhão, serão aumentados, para algo em torno dos Cr\$ 4 bilhões, computando-se despesas com pessoal, energia elétrica, papel, telefone, máquinas eletrônicas, xerox e outras necessidades.

O Congresso aproveitou os dias de recesso a partir de 22 de dezembro para uma faxina geral. Todas as dependências carentes de manutenção passaram por obras e limpeza. O poço do elevador próximo à sala da taquigrafia da Câmara, onde uma infiltração e um vazamento prejudicavam o transporte de funcionários, foi objeto de uma obra bastante complexa. Para a próxima semana o elevador já estará funcionando normalmente, com o poço não mais ficando cheio de água em dias de chuva.

Ainda na Câmara, foram modificadas as posições das cadeiras do plenário, de maneira a possibilitar que todos os 503 deputados possam participar das sessões ao mesmo tempo. Isto é raríssimo de acontecer, mas com as oito novas cadeiras, todos os deputados terão assento em plenário. A limpeza foi geral. Todos os vidros, cortinas, tapetes, fechaduras e interruptores passaram pela vistoria dos setores ligados à Engenharia, um departamento com múltiplas atribuições, nas duas Casas do Legislativo.

Segundo José Wilson, diretor-geral substituto da Câmara, este ano o trabalho de manutenção foi ainda maior, porque já havia uma suspeita de que o presidente Collor faria a convocação extraordinária. No Senado, entretanto, não houve a necessidade de ampliar o número de cadeiras, apesar dos seis senadores a mais da próxima legislatura, quando o total irá de 75 para 81. A manutenção também abrange os imóveis funcionais que abrigarão os novos deputados e senadores.